

ÍNDICE

Nota da Autora	5
1. Construção nova <i>versus</i> intervenção em edificações existentes: a dificuldade de recorte dos conceitos	7
2. Legalização de um edifício erigido num lote cuja licença inicial foi declarada nula por violação do loteamento	17
3. Legalização na sequência da declaração judicial de nulidade	21
4. Suspensão do prazo de execução de operações urbanísticas por motivo de alteração do plano de pormenor aplicável às mesmas	33
5. Implicações da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana em território que inclui unidades de intervenção com documento estratégico aprovado ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio	47
6. Indeferimento de pedido de licenciamento com fundamento na desconformidade da pretensão com documento estratégico em unidade de intervenção	55
7. Planos sem parâmetros e parâmetros fora dos planos	67
8. A natureza jurídica de lotes situados num loteamento cujas obras de urbanização nunca foram realizadas	79

9. Unificação de parcelas/lotês resultantes de dois loteamentos distintos: como proceder? 93
10. Da aplicação de um plano municipal a intervenções ilegalmente realizadas e cuja legalização foi requerida antes da sua entrada em vigor 103
11. Aplicação de plano diretor municipal revisto em 2016 a um pedido de informação prévia da alteração de uma operação de loteamento licenciada em momento anterior à entrada em vigor daquela versão 121
12. Informação prévia favorável como ato vinculativo? Que vinculação e em que termos? 139
13. As “condições” de uma informação prévia condicionada: quando a condição está dependente do próprio município 153
14. Licenciamentos em parques naturais: quem decide o quê e quem é responsável pelo quê? 163